



ORBIS

Boletim do LEPEB-UFF



Vol. 2 - N°5
JANEIRO-ABRIL/2024
ISSN: 2965-2235

Segurança Pública no Rio de Janeiro: um pouco de história (não tão) antiga

*Adriano de Freixo**

Em 1983, ao assumir o governo do Rio de Janeiro, Leonel Brizola inaugurou uma nova concepção de segurança pública no estado. Tal concepção tinha como ênfases a defesa dos direitos humanos e o respeito às garantias individuais – como a inviolabilidade de domicílio, por exemplo – para todos, indiscriminadamente, ao mesmo tempo em que procurava combater as práticas repressivas e a corrupção existentes na instituição policial. Nesse sentido, o então governador do Rio de Janeiro procurou romper com a lógica que categoriza determinados grupos sociais como “bandidos” ou “inimigos”, de forma a torná-los “menos humanos” ou “humanos de qualidades e características inferiores”, não merecendo, portanto, estar sob o mesmo status jurídico que os demais, os “cidadãos de bem” (Freixo, Serra e Medeiros, 2012).

Simultaneamente, o governo estadual procurava atuar nas áreas mais carentes através de grandes investimentos na área social, dos quais o carro-chefe foi a escola de tempo integral, consagrada no programa dos CIEPs. Naqueles anos finais do período ditatorial, em que indivíduos oriundos do aparato repressivo (então em processo de desmantelamento), agentes das polícias civil e militar, integrantes de grupos de extermínio e os controladores e operadores de atividades ilícitas – como o jogo do bicho, por exemplo - formavam uma densa teia de intersecções (Jupiara e Otávio, 2015), tal política representava uma mudança radical na forma de lidar com a questão da segurança pública e enfrentaria fortes resistências, dentro e fora da máquina do estado.

Um dos principais executores desse projeto foi um policial negro, humanista e de sólida formação intelectual, o Cel. Carlos Magno Nazareth Cerqueira, nomeado por Brizola para o comando da Polícia Militar carioca, e que à frente de um grupo de oficiais reformistas, defendia “práticas policiais preventivas que assegurassem direitos e ampliassem os espaços democráticos para o exercício da cidadania” (Silva, 2013). À frente da corporação, Cerqueira não só procurou pautar as ações policiais pelo respeito à lei e aos direitos e garantias do cidadão, mas também apostou no investimento em formação de quadros, como forma de qualificar o trabalho policial. Neste sentido, ele incorporaria à formação dos policiais noções como direitos humanos, integração comunitária, legalidade e prevenção criminal (Leal, 2021).

Porém, em 1986, último ano do primeiro governo Brizola, a grande imprensa alardeava o “caos na segurança pública” carioca, deixando implícita a ideia de que

parte significativa desse caos se devia à “permissividade” com que o governo estadual lidava com o crime. Paralelamente a isso, no contexto econômico conturbado da chamada “década perdida”, a ocupação dos morros e da periferia da cidade ocorria de maneira acelerada.

Cabe registrar que dois anos antes, em 1984, por ocasião do lançamento do “Programa de Educação Especial”, formulado por Darcy Ribeiro, “O Globo” manifestava sua oposição ao projeto, classificando as escolas de tempo integral como manifestações de “populismo” e defendendo que a prioridade deveria ser a construção de mais presídios (Silva, 2012, p.30). Assim, na campanha eleitoral de 1986, o candidato a governador pelo PMDB, Wellington Moreira Franco, prometia acabar com a violência em seis meses. E embalado pelo ótimo jingle cantado por D. Ivone Lara (“O nome dele é Moreira”) e pelo sucesso efêmero do midiático Plano Cruzado, o então genro de Amaral Peixoto conseguiu angariar o apoio de uma classe média amedrontada pela “escalada do crime” e que já atribuía ao “pessoal dos direitos humanos” – e conseqüentemente às políticas de Brizola – a responsabilidade por aquele estado de coisas.

Nas eleições de novembro, Moreira derrotou Darcy Ribeiro, do PDT. Em seu governo, a violência não só não acabou em seis meses, apesar da retomada das práticas repressivas, como aumentou exponencialmente com a consolidação da associação nas comunidades de duas dinâmicas bastante perversas: o tráfico de drogas e o tráfico de armas (Soares, 2006). Sobre isso, o jornalista Valério Meinel, no romance-reportagem *Avestruz, Águia e... Cocaína* (1994), levanta a hipótese de que a montagem da estrutura do tráfico em grande escala, a partir do final dos anos 1970, teria tido participação decisiva do pessoal do jogo do bicho, único grupo organizado com condições financeiras e logísticas de bancar tal empreendimento naquele momento.

Ao término dos quatro anos do seu mandato, Moreira Franco já estava marcado como um dos piores governadores da história do RJ e isso teve um grande peso para a vitória expressiva de Leonel Brizola nas eleições estaduais de 1990, em que foi eleito com quase 61% dos votos, já no primeiro turno. Porém, ao retornar ao governo estadual, a partir de 1991, Leonel Brizola encontrou o sistema de segurança pública do estado em situação de total deterioração e isso dificultou sobremaneira a retomada da correta política de segurança de seu primeiro governo. Na época, nomes como o vice-governador Nilo Batista e o próprio Cel. Nazareth Cerqueira, novamente comandante da Polícia Militar, já começavam a perceber e a produzir intelectualmente sobre a fracassada guerra às drogas (nas célebres palavras do chefe da polícia civil no governo Marcello Alencar, delegado Hélio Luz: “Ipanema brilha à noite”). E a enorme dívida social

herdada do período ditatorial só se agravava com os primeiros governos civis e a onda neoliberal da década de 1990.

O Coronel Cerqueira seria assassinado, em 1999, em circunstâncias ainda hoje não muito bem esclarecidas; Leonel Brizola faleceu em 2004, aos 82 anos, amargando algumas derrotas eleitorais em seus últimos anos de vida e Nilo Batista acabaria por se consolidar – atuando como professor universitário, jurista e ativista dos direitos humanos - como uma das vozes mais respeitadas do antipunitivismo no país. Já os governos estaduais subsequentes retomaram a guerra às drogas, alternando ou combinando práticas repressivas com lógicas que, muitas vezes, reduziam a política de segurança a questões de gestão.

Em paralelo, houve a banalização da utilização das Forças Armadas em ações de segurança pública, prática esta que se consolidaria no ciclo de governos do PT (2003-2016) – quando, inclusive, seria dado o desenho final do arcabouço jurídico das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op. GLO) - e que teria seu ápice na intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018. Além disso, parte significativa das classes médias adotou como lema “direitos humanos para humanos direitos” radicalizando sobremaneira a sua demofobia e aderindo sem pudores ao extremismo de direita, traduzido no fenômeno do bolsonarismo.

Já Wellington Moreira Franco - que com suas políticas equivocadas e governo desastroso foi um dos grandes responsáveis pelo agravamento das tensões no campo da segurança pública no estado do Rio de Janeiro - teria um papel destacado nas articulações que levaram ao *soft coup* que derrubou Dilma Rousseff, assumindo em seguida a Secretaria Geral da Presidência da República no Governo Michel Temer. Nesse cargo, foi um dos principais idealizadores da malfadada intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018 juntamente com o Gen. Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, filho do Gen. Leo Etchegoyen e sobrinho do Cel. Cyro Etchegoyen, ambos integrantes da chamada “linha-dura”, que ocuparam postos ligados à repressão e à comunidade de informações durante o período ditatorial.

Referências

FREIXO, Adriano de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar e MEDEIROS, Dulcinéa de. O Estado de Direito no Brasil e suas incongruências: os direitos humanos em questão. *Contemporânea*, São Carlos, v.2, n.1, p. 65-82, 2012.

JUPIARA, Aloy e OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção**. Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro, Record, 2015.

LEAL, Leandro Porto. **Polícia e Redemocratização**: o projeto de reforma do comandante Nazareth Cerqueira para o sistema de ensino e instrução da Polícia Militar do Rio de Janeiro (1983-1987). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2021.

MEINEL, Valério. **Avestruz, Águia e... Cocaína**. O jogo do bicho visto por dentro: Um submundo de crime e corrupção. 2ª ed. Porto Alegre, L&PM, 1994.

SILVA, Bruno Marques. A Polícia é o público e o público é a Polícia: o policiamento comunitário e a política de segurança brizolista no Rio de Janeiro (1983-1994). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, ANPUH, 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Vox, Voces**: (re)memorar. Rio de Janeiro, Multifoco, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: Presente e Futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

* Professor do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador-Geral do LEPEB/UFF. E-mail: adrianofreixo@id.uff.br